

**AO JUÍZO DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO GAMA-DF**

- De preto, os textos definitivos;
- De azul, os textos que devem ser preenchidos;
- De vermelho ou verde, opções a serem escolhidas ou de preenchimento opcional

**FILHO DE TAL** - nacionalidade, estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável com XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxxx, endereço eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - vem, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal** (LC nº 80/94, arts. 4º, inc. IV), promover a presente ação

**DECLARATÓRIA DE PATERNIDADE (MODIFICAÇÃO)**

**com pedido de alimentos**

em face de **PAI BIOLÓGICO DE TAL** - nacionalidade, estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável com

PSA nº XXXXXXXXXXXXXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxx, endereço eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - e de **PAI REGISTRAL DE TAL** - nacionalidade, estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável com XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxx, endereço eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX -, **pelas seguintes razões de fato e de direito:**

## 1. PRELIMINARES

### 2. GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A parte autora **não tem condições de custear as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento**, motivo pelo qual necessita e faz jus à gratuidade de justiça, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil.

A propósito de sua concessão, é expresso o § 3º do art. 99 do Código de Processo Civil no sentido de que “**presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural**”, admitido o indeferimento somente “**se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade**” (art. 99, § 2º, primeira parte) e desde que a parte não tenha atendido a determinação de comprovação do preenchimento dos pressupostos.

### 3. AUSÊNCIA DE DADOS DE QUALIFICAÇÃO

A parte autora esgotou os meios de que dispunha para a obtenção do endereço da parte ré, que se encontra em local incerto e não sabido, estando ciente de que caso esteja agindo com dolo ao afirmá-lo poderá ser condenada ao pagamento de multa em quantia equivalente a 5 salários mínimos, nos termos do art. 258 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual assina a lateral do presente parágrafo ou declaração anexa. Necessária, assim, nos termos do art. 319, § 1º, do Código de Processo Civil, a realização de diligências por parte do juízo com vistas à obtenção de seu endereço, tais como pesquisas em sistemas eletrônicos como BACENJUD, RENAJUD e INFOSEG.

A parte autora informou todos os dados de que dispunha a respeito da parte ré. Os dados faltantes não inviabilizam a citação da parte ré, não havendo que se falar no indeferimento da petição inicial, consoante dispõe o art. 319, § 2º, do Código de Processo Civil.

#### 4. PRIORIDADE NO TRÂMITE

Consoante cediço, em razão da elevada quantidade de processos submetidos à apreciação do Poder Judiciário, este não consegue muitas vezes a celeridade esperada. Por tal razão, **prevê o ordenamento jurídico processual prioridade de trâmite em casos em que a celeridade seja presumidamente necessária.**

De fato, o art. 1.048 do Código de Processo Civil dispõe:

Art. 1.048. **Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal,** os procedimentos judiciais:

I - em que figure como parte ou interessado **pessoa com idade igual ou superior a 60** (sessenta) anos ou **portadora de doença grave**, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei no 7.713, de 22 de dezembro de 1988<sup>1</sup>;

II - regulados pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)<sup>2</sup>.

**Na legislação esparsa**, há também previsão de prioridade no trâmite das ações em que for parte ou interessada **pessoa com deficiência** (art. 9º, inc. VII, da Lei nº 13.146/15 - Lei Brasileira de Inclusão), bem como **“prioridade especial aos [idosos] maiores de oitenta anos”** (art. 71, § 5º, do Estatuto do Idoso).

**No caso**, a prioridade se deve à existência de interesse de pessoa idosa (maior de 60/80 anos de idade) // pessoa com doença

<sup>1</sup> Art. 6º. Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas: inc. XIV - os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

<sup>2</sup> Entre os quais a guarda (art. 33 e ss), a convivência e a pensão alimentícia (art. 33, § 4º), a tutela (art. 36 e ss), a adoção (art. 39 e ss), o afastamento de agressor do lar (art. 130),

grave // interesse de pessoa com deficiência, motivo pelo qual **deve ter tramitação prioritária**.

## 5. DOS FATOS E DO DIREITO

### 1. NEGATÓRIA

Dispõe o art. 1604 do Código Civil que “ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, **salvo provando-se erro ou falsidade do registro**”. Com efeito, estabelece o art. 138 do Código Civil que “são anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de **erro substancial** que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio”.

O erro, nos termos do art. 139, inc. II, do Código Civil, é considerado substancial quando “concerne à identidade ou à **qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade**, desde que tenha influído nesta de modo relevante”.

Essa é a hipótese dos autos, pois **AAAAAAAAAAAAAAAAAAAA** foi indevidamente registrado como filho de **BBBBBBBBBBBBBBBBBBBB**, em decorrência de erro.

A propósito, ressalte-se **não haver relação de paternidade afetiva** entre a **AAAAAAAAAAAA** e **BBBBBBBBBBBBBBBB** que justifique a manutenção do erro nos registros civis, até porque **a criança conta apenas xx anos de idade // XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**. **(ATENÇÃO: caso tenha havido paternidade afetiva, excluir este parágrafo todo. APAGAR ESTA OBSERVAÇÃO)**

### 2. DECLARATÓRIA

**CCCCCCCCCCCCCCCC**, por outro lado, é o pai biológico de **AAAAAAAAAAAAAAAAAAAA**, uma vez que

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. **CCCCC**, entretanto, recusa-se a reconhecê-lo voluntariamente ou a pelo menos realizar o exame de DNA.

Cediço constituir direito personalíssimo indisponível o de ver constar, em seus assentamentos de registro civis, o nome do verdadeiro pai e mãe, razão pela qual não há razão para o indeferimento da correção pretendida.

Em outros termos, se o filho tem o direito personalíssimo, indisponível e imprescritível à correta indicação da filiação em seu registro de nascimento, igual direito lhe é conferido de ver afastada filiação não verídica.

### **3. ALIMENTOS**

#### **A. Fundamento legal**

O sustento dos filhos é incumbência de ambos os pais, nos termos do art. 229 da CR, cabendo-lhes “**assistir, criar e educar os filhos menores**”. No mesmo sentido são os arts. 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Por essa razão, dispõe o art. 1.703 do CC que “**para a manutenção dos filhos, os cônjuges separados judicialmente contribuirão na proporção de seus recursos**”, aplicando-se a mesma regra em relação aos que tiveram dissolvida união estável.

No que diz respeito ao valor da contribuição, dispõe o art. 1.694, § 1º, do CC “**os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada**”. É o conhecido binômio **necessidade/possibilidade**.

#### **2. Necessidades (presunção e ônus da prova)**

No que diz respeito ao valor da contribuição, dispõe o art. 1.694, § 1º, do CC “os alimentos devem ser fixados na proporção das

necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada”. É o conhecido binômio necessidade/possibilidade.

No caso, as necessidades financeiras mensais básicas do menor giram em torno de um salário mínimo. É fato notório que nos dias atuais uma criança não pode ter suas necessidades básicas atendidas com quantia inferior a essa, razão pela qual dispensada a respectiva prova, nos termos do art. 374, inc. I, do Código de Processo Civil.

No caso, as necessidades financeiras mensais básicas dos menores giram em torno de 1,5 salário mínimo (75% para cada). É fato notório que nos dias atuais duas crianças não podem ter suas necessidades básicas atendidas com quantia inferior a essa, razão pela qual dispensada a respectiva prova, nos termos do art. 374, inc. I, do Código de Processo Civil.

No caso, as necessidades financeiras mensais básicas dos menores giram em torno de 2 salários mínimos (66,66% para cada). É fato notório que nos dias atuais três crianças não podem ter suas necessidades básicas atendidas com quantia inferior a essa, razão pela qual dispensada a respectiva prova, nos termos do art. 374, inc. I, do Código de Processo Civil.

No caso, as necessidades financeiras mensais básicas dos menores giram em torno de 2,5 salários mínimos (62,5% para cada). É fato notório que nos dias atuais quatro crianças não podem ter suas necessidades básicas atendidas com quantia inferior a essa, razão pela qual dispensada a respectiva prova, nos termos do art. 374, inc. I, do Código de Processo Civil.

### 3. Participação da parte autora

**No que tange à participação da parte autora, ela não está trabalhando, não podendo participar nas despesas descritas.** Não se diga, entretanto, que ela não participa no sustento, pois a dedicação exclusiva ao filho torna as despesas menores em pelo menos

um salário mínimo, em razão da desnecessidade de contratação de pessoa para os afazeres domésticos e cuidado com a criança.

No que tange à participação da parte autora, ela trabalha como xxxxxxxxxxxx, percebendo mensalmente R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx reais). Tem condições, assim, de participar com xx % das despesas referidas (xx% do salário mínimo) devendo a parte ré arcar com os xx% restantes (xx % do salário mínimo).

No que tange à participação da parte autora, ela trabalha como xxxxxx, percebendo mensalmente R\$ xxx,xx. Tem condições, assim, de arcar com metade das despesas descritas, devendo a parte ré arcar com a metade restante.

#### 4. Possibilidade do alimentante (presunção e ônus da prova)

No que tange à possibilidade, a parte autora não sabe a atual profissão e renda mensal da parte ré, mas a quantia supra certamente não comprometerá seu sustento, donde a capacidade contributiva.

No que tange à possibilidade, a parte ré trabalha como xxxxxxxx e a parte autora não tem conhecimento de sua renda mensal, mas a quantia supra certamente não comprometerá seu sustento, donde a capacidade contributiva.

No que tange à possibilidade, a parte ré trabalha como xxxxxxxx e possui renda mensal aproximada de R\$ xxxxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), razão pela qual a quantia supra certamente não comprometerá seu sustento, donde a capacidade contributiva.

A possibilidade de contribuir com a quantia mínima presumidamente necessária para a manutenção dos filhos mostra-se igualmente presumida, até em razão do princípio segundo o qual a boa-fé é sempre presumida. Ou seja, negar a presunção da possibilidade de sustento da prole seria presumir que o ascendente agiu com má-fé ao gerar o filho, o que não se mostra condizente com o ordenamento jurídico pátrio atual.



Tanto a possibilidade contributiva é presumida, que eventual impossibilidade, enquanto circunstância impeditiva do direito do autor, constitui fato cuja prova ao réu incumbe, nos termos do art. 373, inc. II, do CPC. Nesse sentido tem sido o entendimento do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

“CIVIL E PROCESSO CIVIL. FAMÍLIA. ALIMENTOS. MENOR. FIXAÇÃO. TRABALHADOR AUTÔNOMO. COTEJO DO BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE.

1. De acordo com o Diploma Material Civil, os alimentos são aqueles destinados não só à subsistência do alimentado, mas, sobretudo, à manutenção da condição social deste, de modo que possa usufruir do mesmo "status" social da família a que pertença.

2. Conquanto a simples alegação da necessidade em receber os alimentos seja suficiente ao filho menor, ante a necessidade presumida, em se tratando de trabalhador autônomo **a quantificação da verba alimentícia deve ocorrer de acordo com a prova produzida nos autos, cujo ônus recai ao alimentante**. Precedentes dessa Corte.

3. Se o percentual estipulado na origem fora fixado de forma condizente à realidade espelhada nos autos - necessidade de quem recebe versus capacidade contributiva de quem paga versus proporcionalidade -, imperioso manter o valor arbitrado naquela instância.

4. Apelo não provido. Sentença mantida.”<sup>3</sup> (g.n.)

Entendimento contrário, ademais, acabaria por beneficiar o genitor que consiga manter ocultos seus rendimentos, transferindo ao Estado a subsistência, por meio de programas sociais, de filho cujo sustento efetivo a ele incumbia.

---

<sup>3</sup> TJDF - 1ª T. Cível: APC nº 2011.01.1.115481-7, Relator Desembargador FLAVIO ROSTIROLA, DJ 02/07/2012 p. 81.

Por outro lado, há que se observar que, diferentemente do que vem sendo aplicado pela maioria dos tribunais, **a possibilidade a ser verificada no caso concreto é aquela em que o alimentante tenha condições de suprir necessidades que vão além daquelas consideradas básicas e essenciais à subsistência**. Em se tratando de quantidade sabidamente indispensável para a sobrevivência minimamente digna não se há falar em falta de condições, devendo o alimentante esforçar-se para o respectivo pagamento.

A impossibilidade de pagamento de pensão alimentícia em patamar equivalente ao mínimo indispensável para a sobrevivência digna estipulada deverá ser considerada não por ocasião de sua fixação, mas de eventual execução pelo rito da prisão, consoante expressa previsão legal. Ou seja, o fato de o alimentante não ter condições de arcar com a pensão alimentícia no patamar mínimo para a existência da prole não deve ser considerado na ação de conhecimento como razão para a diminuição da pensão a patamares que destinarão o filho à morte ou miséria, **mas sim quando de eventual execução pelo rito da prisão**.

#### 5. Forma de cumprimento da obrigação

Quanto à **forma de cumprimento** da prestação, sendo a parte ré autônoma, deverá depositar a quantia correspondente na conta adiante indicada.

Quanto à **forma de cumprimento** da prestação, estando a parte ré formalmente empregada, nada mais prático e seguro que o desconto em folha de pagamento e depósito na conta adiante indicada, **devendo o empregador converter a quantia para equivalente em percentual sobre seus rendimentos brutos, abatidos os descontos compulsórios**.

#### 4. OUTRAS INFORMAÇÕES

##### 1. DA OPÇÃO PELA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Em atenção à determinação constante do art. 319, inc. VII, do Código de Processo Civil, a parte – após ter sido esclarecida sobre as vantagens da composição amigável – registra **INTERESSE // DESINTERESSE** na realização de conciliação ou mediação.

##### 2. DAS PROVAS COM QUE SE PRETENDE PROVAR O ALEGADO

Em atenção ao disposto no art. 319, inc. VI, do Código de Processo Civil, registra-se que a parte autora pretende provar o alegado pelos meios de prova indicados **na relação anexa, que integra a presente petição para todos os fins**, sem prejuízo da indicação de outras que ao longo da instrução se mostrarem necessárias.

##### 3. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, **requer-se:**

###### 1. Preliminarmente:

- a) seja concedida a gratuidade de justiça;
- b) seja deferida a petição inicial, não obstante a ausência de algumas informações exigidas pelo art. 319, inc. II, do CPC, uma vez possível a citação da parte ré com os dados informados, nos termos § 2º de referido dispositivo;
- c) seja realizada consulta nos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOSEG, com vistas à obtenção de endereço onde a parte ré possa ser citada;
- d) seja deferido o trâmite prioritário // prioritário especial;
- e) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

- 2. sejam desde logo fixados **alimentos provisórios** para a parte autora, em aplicação analógica dos artigos art. 4º da Lei nº 5.478/68 e

6º da Lei de Lei nº 11.804/08, na mesma quantia e moldes adiante requerido como definitivo, haja vista a existência de **fortes indícios da paternidade**;

3. a citação das partes rés para tomar conhecimento e responder à presente ação, intimando-a para que compareça a audiência de conciliação ou mediação a ser designada, nos termos do art. 334 do CPC;

4. ao final, seja proferida sentença para:

a) declarar que **AAAAAAAAAAAAAA** é filho de **CCCCCCCCCCCCCCCC**, e passará a chamar-se **AAAAAAAAAACCCCCC**;

b) determinar a expedição de ofício ao cartório do registro civil em que registrado o nascimento de **AAAAAAAAAAAAAA** para: i) excluir **BBBBBBBBBBBBBBBB** e sua ascendência das informações de paternidade; ii) incluir **CCCCCCCCCCCCCCCC** e sua ascendência informações de paternidade; **modificar o nome de **AAAAAAAAAAAAAA** para **AAAAAAAAAACCCCCC****;

c) **condenar **CCCCCCCCCCCCCCCC** (desde a data da citação,** nos termos do art. 13, § 2º, da Lei de Alimentos e da Súmula 277 do STJ), ao pagamento de pensão alimentícia em quantia equivalente a **xx% do salário mínimo** para o(s) filho(s) do casal e **xx% do salário mínimo** para a parte autora, intimando-a para depositar a quantia correspondente até o dia 10 de cada mês na conta seguinte: **Banco **XXXX**, Agência **xxxxxx**, Conta **xxxxxx** nº **xxxxxxxx**, Titular **XXXXXXXXXXXXXX****;

d) **condenar **CCCCCCCCCCCCCCCC** (desde a data da citação,** nos termos do art. 13, § 2º, da Lei de Alimentos e da Súmula 277 do STJ) ao pagamento de pensão alimentícia em quantia equivalente a **xx% do salário mínimo** para o(s) filho(s) do casal e **xx% do salário mínimo** para a parte autora, oficiando-se o departamento de recurso humanos da **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, no endereço **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para que promova: i) a **conversão da quantia para equivalente em percentual sobre seus rendimentos brutos**, abatidos os descontos compulsórios,

informando a este juízo o percentual obtido; ii) o respectivo desconto; iii) o repasse da quantia mediante depósito na conta seguinte: **Banco XXXX, Agência xxxxxx, Conta xxxxxx nº xxxxxxxx, Titular XXXXXXXXXXXXX;**

5. a **condenação da(s) parte(s) ré(s) nas custas processuais e honorários advocatícios**, sendo estes últimos revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública no Distrito Federal - **PRODEF** (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital n. 744/2007), a serem depositados em conta oportunamente informada.

Valor da causa: **R\$ 100,00.**

Gama-DF, 27 de October de 2023.

**XXXXXXXXXX**

**autora**

**Xxxx Xxxx**

**Defensor Público**

**COMPROVAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS (art. 319, inc. VI, do CPC)**

FATO	PROVAS	
	EM ANEXO	DURANTE A INSTRUÇÃO
Identidade das partes	- Documentos de identificação pessoal	
Da idade // doença grave para fins de <u>prioridade no trâmite</u>	- documento de identidade - laudo médico	
Filiação reivindicada	- fotografias - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	- Testemunha FULANA - exame de DNA
Despesas mensais do filho	Prova dispensada, por tratar-se de fato notório (art. 374, inc. I, CPC)	
Capacidade contributiva do representante legal da parte autora	- CTPS - contracheque	
Capacidade contributiva da parte ré, embora o ônus de provar a incapacidade seja dela, consoante sustentado na petição	- CTPS - contracheque - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxx	- depoimento da parte ré - ofício ao INSS - pesquisa BACENJUD
	Prova dispensada, por tratar-se de fato notório (art. 374, inc. I, CPC)	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Prova dispensada, haja vista presunção legal (art. 374, inc. I, CPC c.c. o art. xxxxxxxxx)	

**ROL DE TESTEMUNHAS:**

1) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº  
XXXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX, endereço residencial:  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, endereço laboral XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,  
telefones XXXXXXXXXXXX;

2) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº  
XXXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX, endereço residencial:  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, endereço laboral XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,  
telefones XXXXXXXXXXXX;

3) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº  
XXXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX, endereço residencial:  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, endereço laboral XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,  
telefones XXXXXXXXXXXX;

/var/www/html/public/files/download/Peca/NCPC - PATERNIDADE -  
Modificação sem DNA.docx